

Flávio Rolim
Marcelo Zago
Nafêz Imamy Cury

Processo Penal

COORDENAÇÃO
Cláudia Barros
Filipe Ávila
Rogério Greco

3^a
edição
revisada,
atualizada
e reformulada

Decifrado



- Os autores deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelos autores até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 07.12.2022
- Os autores e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2023 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Bruno Sales Zorzetto
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

Z23p

Zago, Marcelo

Processo penal decifrado / Marcelo Zago, Flávio Rolim, Nafêz Iamy Cury; coordenação Cláudia Barros Portocarrero, Filipe Ávila, Rogério Greco. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Método, 2023.
696 p. ; 24 cm. (Decifrado)

Inclui bibliografia

"Material suplementar na plataforma"

ISBN 978-65-5964-647-0

1. Direito penal – Brasil. 2. Processo penal – Brasil. 3. Serviço público – Brasil – Concursos. I. Roli, Flávio. II. Cury, Nafêz Iamy. III. Portocarrero, Cláudia Barros. IV. Ávila, Filipe. V. Greco, Rogério. VI. Título. VII. Série.

22-81503

CDU: 343.2(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

Sumário

1	Introdução ao processo penal.....	1
1.1	Noções introdutórias.....	1
1.2	Sistemas processuais penais.....	3
1.2.1	Sistema acusatório.....	3
1.2.2	Sistema inquisitivo.....	5
1.2.3	Sistema misto ou francês ou acusatório formal.....	6
1.3	Fontes do direito processual penal.....	7
1.4	Lei processual penal no tempo e no espaço.....	9
1.4.1	Lei processual penal no espaço.....	10
1.4.2	Lei processual penal no tempo.....	13
1.4.2.1	Lei nº 9.099/1995.....	14
1.4.2.2	Lei nº 9.271/1996.....	15
1.4.2.3	Leis nº 11.689/2008 e nº 11.719/2008.....	15
1.4.2.4	Lei nº 12.403/2011.....	15
1.4.2.5	Normas processuais heterotópicas e normas processuais híbridas ou mistas.....	16
1.5	Interpretação da lei processual penal.....	18
1.5.1	Quanto ao sujeito ou à origem.....	18
1.5.2	Quanto aos meios ou ao modo.....	18
1.5.3	Quanto aos resultados.....	19
2	Princípios do processo penal.....	21
2.1	Princípio da presunção de inocência ou da não culpabilidade.....	22

2.2	Princípio da igualdade processual ou da paridade de armas.....	23
2.3	Princípio da ampla defesa.....	24
2.4	Princípio da plenitude da defesa.....	26
2.5	Princípio do <i>favor rei, in dubio pro reo, favor libertatis</i> ou <i>favor inocente</i>	27
2.6	Princípio do contraditório.....	27
2.7	Princípio da publicidade.....	28
2.8	Princípio do juiz natural	30
2.9	Princípio da vedação de provas ilícitas	31
2.10	Princípio da economia processual, celeridade ou duração razoável do processo	32
2.11	Princípio do devido processo legal.....	33
2.12	Princípio da não autoincriminação ou do <i>nemo tenetur se detegere</i>	33
2.13	Princípio da iniciativa das partes ou <i>ne procedat iudex ex officio</i>	36
2.14	Princípio do duplo grau de jurisdição	36
2.15	Princípio do juiz imparcial	37
2.16	Princípio do promotor natural.....	37
2.17	Princípio da obrigatoriedade da ação penal pública (ou legalidade processual), princípio da oportunidade, princípio da obrigatoriedade mitigada e princípio da indisponibilidade.....	38
2.18	Princípio da oficialidade e da oficiosidade.....	39
2.19	Princípio da autoridade	41
2.20	Princípio da intranscendência ou da pessoalidade	41
2.21	Princípio do <i>ne bis in idem</i> ou da vedação da dupla punição ou do duplo processo pelo mesmo fato.....	41
2.22	Princípio da busca da verdade real ou material.....	41
2.23	Princípio da oralidade.....	42
2.24	Princípio da identidade física do juiz.....	42
2.25	Princípio da concentração e da imediatidade.....	42
2.26	Princípio da indivisibilidade e princípio da divisibilidade.....	42
2.27	Princípio da comunhão da prova	43
2.28	Princípio do impulso oficial.....	44
2.29	Princípio da persuasão racional.....	44
2.30	Princípio da lealdade processual	45
3	Inquérito policial.....	47
3.1	Conceito, natureza jurídica e finalidade do inquérito policial	47

3.2	Do valor probatório do inquérito policial	48
3.3	Juiz das garantias.....	49
3.4	Da atribuição do inquérito policial e as funções de polícia judiciária, investigativa e administrativa.....	55
3.5	Da divisão de atribuições para o inquérito.....	57
3.6	Outras investigações criminais	60
3.6.1	Inquérito por crime praticado por juiz ou promotor de justiça	60
3.6.2	Inquérito policial militar	60
3.6.3	Investigação feita por agentes da Administração Pública	61
3.6.4	Investigação pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)	61
3.6.5	Investigação particular.....	61
3.6.6	Inquérito da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).....	61
3.6.7	Investigação presidida pelo Ministério Público	62
3.6.8	Inquérito civil.....	64
3.6.9	Investigação criminal defensiva.....	65
3.7	Acordo de não persecução penal.....	66
3.7.1	Requisitos materiais positivos do acordo de não persecução penal..	68
3.7.2	Requisitos negativos do acordo ou hipóteses de vedação do acordo de não persecução penal.....	69
3.7.3	Condições que o autor do delito deve se comprometer a cumprir ..	70
3.7.3.1	Confessar formal e circunstanciadamente a prática do delito.....	72
3.7.3.2	Reparação do dano ou restituição da coisa à vítima	73
3.7.3.3	Renúncia voluntária a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime.....	73
3.7.3.4	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	73
3.7.3.5	Pagamento de prestação pecuniária.....	74
3.7.3.6	Cumprimento por prazo determinado de outras condições estipuladas pelo Ministério Público	75
3.7.4	Aspecto temporal para a celebração do acordo.....	75
3.7.5	O acordo de não persecução penal seria um direito subjetivo do acusado ou discricionariedade do Ministério Público?.....	76
3.7.6	Homologação do acordo e controle judicial	77
3.7.7	Acordo de não persecução cível	78

3.8	Características do inquérito policial	80
3.8.1	Documentado/escrito	80
3.8.2	Sigiloso	80
3.8.3	Oficial.....	82
3.8.4	Inquisitorial.....	83
3.8.5	Oficioso.....	83
3.8.6	Discricionário	84
3.8.7	Indisponível.....	85
3.8.8	Temporário	85
3.9	Formas de instauração do inquérito policial.....	86
3.9.1	Crimes de ação penal pública incondicionada.....	86
3.9.2	Crimes de ação penal pública condicionada.....	92
3.9.2.1	Crimes de ação penal pública condicionada à representação.....	93
3.9.2.2	Crimes de ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça	94
3.9.3	Crimes de ação penal privada.....	95
3.10	<i>Notitia criminis</i>	96
3.10.1	<i>Notitia criminis</i> de cognição imediata (ou direta, ou espontânea)...	96
3.10.2	<i>Notitia criminis</i> de cognição indireta (ou mediata, ou provocada, ou qualificada)	97
3.10.3	<i>Notitia criminis</i> de cognição coercitiva.....	97
3.10.4	<i>Delatio criminis</i>	97
3.10.5	<i>Notitia criminis</i> inqualificada.....	98
3.11	Inquérito policial e autoridades dotadas de prerrogativa de foro	100
3.12	Diligências investigatórias realizadas no âmbito do inquérito policial	103
3.12.1	Diligências investigativas ordinárias	103
3.12.1.1	Análise das providências ordinárias.....	104
3.12.2	Acesso aos dados cadastrais das vítimas e de suspeito	114
3.12.3	Requisição de informações acerca das Estações de Rádio Base (ERBs)	116
3.12.4	Identificação criminal	117
3.12.5	Outras diligências policiais	118
3.13	Encerramento da investigação – conclusão do inquérito policial.....	118
3.13.1	Prazo para a conclusão do inquérito policial.....	118

3.13.2	Relatório do inquérito policial.....	121
3.13.3	Indiciamento	122
3.14	Arquivamento do inquérito policial.....	123
3.14.1	Arquivamento do inquérito policial (alterações do Pacote Anti-crime – Lei nº 13.964/2019).....	124
3.14.2	Decisão de arquivamento	125
3.14.3	Coisa julgada na decisão de arquivamento	126
3.14.4	Procedimento do arquivamento	129
3.14.5	Arquivamento implícito e arquivamento indireto	132
3.14.6	Arquivamento em crimes de ação penal de iniciativa privada.....	133
3.14.7	Recorribilidade contra a decisão de arquivamento.....	134
3.14.8	Arquivamento determinado por juiz absolutamente incompetente...	134
3.14.9	Desarquivamento do inquérito policial	135
3.14.10	Trancamento (ou encerramento anômalo) do inquérito policial ...	136
3.15	Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO)	137
3.16	Controle externo da atividade policial.....	138
4	Ação penal	141
4.1	Conceito, características, fundamento constitucional e natureza jurídica da ação penal	141
4.2	Condições da ação	142
4.2.1	Da possibilidade jurídica do pedido	144
4.2.2	Interesse de agir	144
4.2.3	Legitimidade de parte	146
4.2.4	Justa causa.....	148
4.2.5	Justa causa duplicada e triplicada.....	150
4.3	Condições específicas da ação.....	151
4.4	Classificação das ações penais.....	153
4.4.1	Ação penal pública	154
4.4.2	Ação penal pública incondicionada.....	154
4.4.3	Ação penal pública condicionada.....	155
4.4.3.1	Da legitimidade do direito de representação (e de queixa).....	156
4.4.3.2	Prazo decadencial para a representação	158
4.4.3.3	Retratação da representação.....	160

4.4.3.4	Eficácia objetiva da representação.....	161
4.4.3.5	Requisição do Ministro da Justiça.....	161
4.4.4	Ação penal de iniciativa privada.....	162
4.4.4.1	Ação penal exclusivamente privada.....	163
4.4.4.2	Ação penal privada personalíssima.....	164
4.4.4.3	Ação penal privada subsidiária da pública.....	164
4.5	Extinção da punibilidade nas ações penais de iniciativa privada: decadência, renúncia, perdão do ofendido e perempção.....	168
4.5.1	Decadência.....	168
4.5.2	Renúncia.....	169
4.5.3	Perdão do ofendido.....	171
4.5.4	Perempção.....	172
4.6	Outras denominações das ações no processo penal.....	173
4.6.1	Ação penal popular.....	173
4.6.2	Ação penal adesiva.....	174
4.6.3	Ação de prevenção penal.....	174
4.6.4	Ação penal secundária.....	174
4.6.5	Ação penal de segundo grau.....	175
4.6.6	Ação penal <i>ex officio</i>	175
4.6.7	Ação penal extensiva.....	175
4.7	Princípios da ação penal (pública e privada).....	176
4.7.1	Princípio do <i>ne procedat iudex ex officio</i>	176
4.7.2	Princípio do <i>ne bis in idem</i>	176
4.7.3	Princípio da intranscendência.....	178
4.7.4	Princípio da obrigatoriedade da ação penal pública.....	178
4.7.5	Princípio da oportunidade ou conveniência da ação penal de iniciativa privada.....	179
4.7.6	Princípio da indisponibilidade da ação penal pública.....	180
4.7.7	Princípio da divisibilidade da ação penal pública e da indivisibilidade da ação penal privada.....	180
4.7.8	Princípio da oficialidade e princípio da autoridade.....	182
4.7.9	Princípio da oficiosidade.....	182
4.7.10	Princípio da suficiência da ação penal.....	182
4.8	Ação penal em diversas espécies de crimes no nosso ordenamento jurídico..	183
4.8.1	Ação penal nos crimes contra a honra de funcionário público praticados no exercício de suas funções.....	183

4.8.2	Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual	183
4.8.3	Ação penal nos crimes de injúria qualificada ou injúria racial	184
4.8.4	Ação penal nos crimes de lesão penal leve e culposas na Lei Maria da Penha.....	185
4.8.5	Ação penal nos crimes de estelionato (Pacote Anticrime).....	185
4.9	Peça acusatória (denúncia ou queixa-crime)	185
4.9.1	Requisitos (ou formalidades essenciais) da peça acusatória.....	186
4.9.2	Exposição do fato criminoso com suas circunstâncias.....	188
4.9.3	Qualificação do acusado	189
4.9.4	Classificação do crime.....	189
4.9.5	Rol de testemunhas	190
4.9.6	Pedido de condenação	191
4.9.7	Endereçamento	191
4.9.8	Nome e assinatura	191
4.9.9	Custas processuais	192
4.10	Denúncia ou queixa-crime genérica e denúncia ou queixa-crime alternativa ..	192
4.11	Prazo para oferecimento da denúncia.....	193
4.12	Prazo para o oferecimento da queixa-crime	194
5	Ação civil <i>ex delicto</i>	197
5.1	Conceito.....	197
5.2	Sentença penal condenatória como título executivo	197
5.3	A fixação mínima dos danos	198
5.3.1	Legitimidade para requerer o valor mínimo da indenização no juízo criminal.....	199
5.3.2	Previsão na legislação extravagante de fixação do valor mínimo dos danos	200
5.4	Ação de conhecimento cível para reparação dos danos	201
5.5	Competência na ação civil <i>ex delicto</i>	202
5.6	Excludentes de ilicitude	203
5.7	A legitimidade da ação civil <i>ex delicto</i> de vítima pobre.....	204
6	Jurisdição e competência	205
6.1	Conceito.....	205
6.2	Princípios da jurisdição	206

6.2.1	Investidura.....	206
6.2.2	Indeclinabilidade.....	206
6.2.3	Inevitabilidade e irrecusabilidade.....	206
6.2.4	Improrrogabilidade.....	207
6.2.5	Indelegabilidade.....	207
6.2.6	Juiz natural.....	207
6.2.7	Inafastabilidade.....	207
6.2.8	Devido processo legal.....	207
6.2.9	Unidade.....	208
6.3	Competência.....	208
6.3.1	Competência absoluta.....	208
6.3.2	Competência relativa.....	210
6.4	Fixação da competência criminal.....	211
6.5	Teoria do juiz aparente.....	211
6.6	Competência territorial.....	213
6.7	Competência em razão da matéria (art. 74 do CPP).....	218
6.7.1	Competência do Tribunal do Júri.....	218
6.7.2	Competência da Justiça Eleitoral.....	219
6.7.3	Competência da Justiça Militar.....	219
6.7.4	Competência da Justiça Federal.....	221
6.7.4.1	Crimes políticos.....	224
6.7.4.2	Crimes contra a União e suas entidades.....	225
6.7.4.3	Crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando iniciada a execução no país, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente.....	231
6.7.4.4	Causas relativas a direitos humanos com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte.....	233
6.7.4.5	Crimes contra a organização do trabalho.....	235
6.7.4.6	Nos casos determinados por lei, os crimes contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira.....	236
6.7.4.7	<i>Habeas corpus</i> em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição.....	237

6.7.4.8	Crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar.....	238
6.7.4.9	Crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro.....	238
6.7.4.10	Disputa sobre direitos indígenas.....	239
6.7.4.11	Delegação de competência federal (art. 109, § 3º)	240
6.8	Distribuição como alternativa à competência cumulativa supletiva	240
6.9	Conexão e continência.....	241
6.9.1	Conexão intersubjetiva	242
6.9.1.1	Conexão intersubjetiva por simultaneidade ou ocasional ..	243
6.9.1.2	Conexão intersubjetiva por concurso ou concursal.....	243
6.9.1.3	Conexão intersubjetiva por reciprocidade	244
6.9.2	Conexão objetiva ou material	245
6.9.2.1	Conexão objetiva teleológica.....	245
6.9.2.2	Conexão objetiva consequencial.....	246
6.9.2.3	Conexão objetiva instrumental.....	246
6.9.3	Continência	246
6.9.3.1	Continência por cumulação subjetiva	246
6.9.3.2	Continência por cumulação objetiva	247
6.10	Foro prevalente	247
6.10.1	Competência prevalente do Júri	247
6.10.2	Jurisdição da mesma categoria	247
6.10.3	Jurisdição de categorias diversas	248
6.10.4	Jurisdição comum e jurisdição especial.....	249
6.11	Separação obrigatória de processos.....	249
6.12	Separação facultativa de processos.....	250
6.13	<i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	250
6.14	Autoridade da jurisdição prevalente	251
6.15	Prevenção.....	252
6.16	Competência por prerrogativa de foro	252
6.16.1	Casuística do foro dos governadores, deputados federais e estaduais, prefeitos, juízes e promotores	255
6.17	Prerrogativa de foro nas ações de improbidade administrativa	257
6.18	Exceção da verdade nos crimes contra a honra a envolver autoridade com foro por prerrogativa de função.....	257

7	Questões e processos incidentes.....	259
7.1	Questões prejudiciais e preliminares.....	259
7.2	Exceções (exceções processuais).....	262
7.2.1	Exceção de suspeição	263
7.2.2	Exceção de incompetência	265
7.2.3	Exceção de ilegitimidade	266
7.2.4	Exceção de litispendência.....	267
7.2.5	Exceção de coisa julgada.....	267
7.3	Incompatibilidades e impedimentos	268
7.4	Conflito de jurisdição.....	269
7.4.1	A questão do conflito de atribuições, do conflito de jurisdição ou do conflito virtual de competência.....	271
7.5	Restituição de coisas apreendidas.....	272
7.5.1	Confisco alargado	273
7.6	Medidas assecuratórias	275
7.6.1	Sequestro.....	275
7.6.2	Hipoteca legal.....	277
7.6.3	Arresto	278
7.7	Incidente de falsidade.....	280
7.8	Incidente de insanidade mental	280
8	Prova.....	283
8.1	Conceito	283
8.2	Diferença entre prova, fonte de prova, meios de prova e meios de obtenção de prova.....	283
8.3	Sistema de avaliação da prova	285
8.4	Distribuição do ônus da prova no processo penal, atividade probatória do juiz e gestão da prova	288
8.5	Licitude e ilicitude dos meios de prova e o princípio da atipicidade dos meios de prova	290
8.5.1	Prova proibida, prova vedada ou prova inadmissível	293
8.5.2	Prova ilícita por derivação (teoria dos frutos da árvore envenenada)..	294
8.5.3	Prova emprestada – um meio lícito de prova	298
8.5.4	A teoria do encontro fortuito de provas – serendipidade	299
8.6	Gerações do direito probatório, a trilogia Olmstead-Katz-Kyllo	301

8.7	Finalidade, objeto da prova e situações que dispensam prova	303
8.8	Das provas em espécie.....	304
8.8.1	Da cadeia de custódia	304
8.8.2	Prova pericial	307
8.8.2.1	Provas periciais em espécie	310
8.8.2.2	A prova pericial e o sistema do livre convencimento ...	312
8.8.3	Interrogatório.....	313
8.8.3.1	Fases do interrogatório (o Aviso de Miranda; o interrogatório sub-reptício; o sistema presidencialista; o sistema do <i>cross examination</i> , interrogatório por videoconferência e a Síndrome de Maria Bethânia)	317
8.8.4	Confissão	321
8.8.5	Perguntas ao ofendido	325
8.8.6	Das testemunhas.....	328
8.8.7	Do reconhecimento de pessoas e coisas	337
8.8.8	Acareação.....	339
8.8.9	Documentos	339
8.8.10	Indícios.....	340
8.8.11	Busca e apreensão	340
9	Sujeitos do processo	349
9.1	Introdução	349
9.2	Juiz.....	350
9.2.1	Imparcialidade do magistrado.....	350
9.2.2	Impedimentos	352
9.2.3	Suspeição	353
9.2.4	Identidade física do juiz.....	355
9.3	Ministério Público	355
9.3.1	Imparcialidade	357
9.3.2	Impedimento e suspeição do representante do Ministério Público ...	357
9.3.3	Promotor natural ou promotor legal.....	358
9.4	Acusado.....	358
9.5	Curador.....	360
9.6	Defensor.....	360
9.7	Assistente de acusação	362
9.8	Funcionários da Justiça e auxiliares do juízo	364

10	Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória	367
10.1	A prisão provisória e a tutela cautelar no processo penal brasileiro	367
10.2	Medidas cautelares diversas da prisão	371
10.2.1	Dos requisitos para aplicação das medidas cautelares diversas da prisão	372
10.2.2	Espécies de medidas cautelares diversas da prisão previstas no CPP	377
10.2.3	Medidas cautelares diversas da prisão previstas na legislação especial.....	382
10.2.4	Sobre a discussão de um possível poder geral de cautela no processo penal	383
10.2.4.1	Condução coercitiva como poder geral de cautela	384
10.3	Formalidades da prisão.....	385
10.4	Imunidades prisionais.....	390
10.4.1	Diplomatas e cônsules.....	390
10.4.2	Parlamentares federais e estaduais	390
10.4.3	Magistrados e membros do Ministério Público	391
10.4.4	Presidente da República.....	391
10.4.5	Advogado.....	393
10.4.6	Menores de 18 anos de idade	393
10.4.7	Advogados públicos federais.....	394
10.5	Espécies de prisões cautelares	394
10.5.1	Prisão em flagrante	394
10.5.1.1	Espécies de prisão em flagrante	397
10.5.1.1.1	Flagrante próprio, impróprio e presumido	397
10.5.1.1.2	Flagrante preparado	399
10.5.1.1.3	Flagrante comprovado	401
10.5.1.1.4	Flagrante forjado ou urdido.....	403
10.5.1.1.5	Flagrante esperado	403
10.5.1.1.6	Flagrante diferido ou ação controlada.....	404
10.5.1.2	Flagrante nos crimes permanentes, habituais, continuados, formais e em ação penal privada e pública condicionada	404
10.5.1.3	Flagrante nos casos de apresentação espontânea do preso	406

10.5.1.4	Lavratura do auto de prisão em flagrante.....	407
10.5.1.5	Audiência de custódia.....	409
10.5.1.6	Convalidação judicial da prisão em flagrante.....	415
10.5.1.7	Liberdade provisória	419
10.5.2	Prisão preventiva	424
10.5.2.1	Requisitos da prisão preventiva	425
10.5.2.2	Circunstâncias legitimadoras e circunstâncias impeditivas da prisão preventiva	428
10.5.2.3	Prazo da prisão preventiva	431
10.5.3	Prisão temporária	433
10.5.4	Prisão decorrente da decisão de pronúncia	437
10.5.5	Prisão decorrente de sentença penal condenatória recorrível.....	438
10.5.6	Prisão decorrente de condenação em segunda instância, execução provisória ou antecipada da pena privativa de liberdade.....	438
10.5.7	Execução provisória da pena privativa de liberdade proferida pelo Tribunal do Júri – inovações do Pacote Anticrime	440
10.6	Prisão domiciliar.....	441
11	Comunicação dos atos processuais	443
11.1	Citação.....	443
11.1.1	Conceito e natureza jurídica	443
11.2	Espécies de citação.....	445
11.2.1	Citação pessoal ou real.....	445
11.2.2	Citação por mandado.....	448
11.2.3	Citação por carta precatória.....	450
11.2.4	Citação por carta rogatória.....	452
11.2.5	Citação por carta de ordem.....	454
11.2.6	Citação do militar	455
11.2.7	Citação do funcionário público	455
11.2.8	Citação do acusado preso	456
11.3	Citação ficta ou presumida.....	457
11.3.1	Citação por edital	457
11.3.2	Citação por edital e reflexos do art. 366 do CPP	460
11.3.3	Citação por hora certa	464

11.4	Intimação e notificação	466
11.5	Revelia	470
12	Sentença	473
12.1	Conceito de sentença.....	473
12.2	Conteúdo da sentença.....	474
12.3	<i>Emendatio libelli e mutatio libelli</i>	477
12.4	Independência do juiz na sentença, sentença absolutória e sentença condenatória	481
12.5	Publicação e intimação da sentença.....	485
13	Procedimentos (comum e especial)	487
13.1	Considerações iniciais.....	487
13.2	Procedimento comum ordinário.....	488
13.2.1	Oferecimento da denúncia ou queixa-crime	488
13.2.2	Rejeição liminar da denúncia ou queixa	489
13.2.3	Recebimento da inicial pelo magistrado, determinação de citação e resposta do acusado.....	490
13.2.4	Verificação da possibilidade de julgamento antecipado do processo e absolvição sumária do réu	491
13.2.5	Audiência de instrução, interrogatório e julgamento	493
13.2.6	Requerimento de diligências e alegações finais	494
13.2.7	Sentença	495
13.3	Procedimento comum sumário	496
13.3.1	Oferecimento da inicial acusatória (denúncia ou queixa-crime)....	496
13.3.2	Rejeição liminar da denúncia ou queixa	496
13.3.3	Recebimento da inicial pelo magistrado, determinação de citação e resposta do acusado.....	496
13.3.4	Verificação da possibilidade de julgamento antecipado do processo e absolvição sumária do réu	497
13.3.5	Audiência de instrução, interrogatório e julgamento	497
13.3.6	Alegações finais orais	497
13.3.7	Sentença	498
13.4	Procedimento comum sumaríssimo	498
13.4.1	Dos conceitos básicos, princípios, objetivos e institutos dos crimes de menor potencial ofensivo	498

13.4.2	Da fase preliminar	500
13.4.3	Do procedimento sumaríssimo propriamente dito	504
13.4.3.1	Oferecimento da inicial acusatória (denúncia ou queixa-crime) oral em audiência preliminar	504
13.4.3.2	Citação do autor do fato	505
13.4.3.3	Audiência de instrução e julgamento.....	506
13.4.3.4	Recursos.....	507
13.4.3.5	Execução	507
13.4.3.6	Disposições finais (suspensão condicional do processo)	508
13.5	Procedimento especial do Tribunal do Júri (arts. 406 a 497).....	511
13.5.1	Primeira fase do processamento dos crimes do Tribunal do Júri	513
13.5.2	Decisões possíveis à primeira fase do procedimento.....	514
13.5.2.1	Decisão de pronúncia (art. 413 do CPP)	514
13.5.2.2	Decisão de impronúncia (art. 414 do CPP)	516
13.5.2.3	Absolvição sumária (art. 415 do CPP).....	517
13.5.2.4	Desclassificação (art. 419 do CPP).....	518
13.5.3	Segunda fase do processamento dos crimes do Tribunal do Júri.....	519
13.5.3.1	Aspectos iniciais, preparação do processo para julgamento em plenário, jurados e suas funções.....	519
13.5.3.2	Desaforamento.....	523
13.5.3.3	Julgamento.....	524
13.6	Procedimento especial dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos (arts. 513 a 518 do CPP).....	535
13.7	Procedimento especial dos crimes contra a honra (arts. 519 a 523 do CPP)...	536
13.8	Procedimento especial dos crimes contra a propriedade imaterial (arts. 524 a 530-I do CPP).....	537
13.9	Procedimento para restauração de autos extraviados (arts. 541 a 548 do CPP).....	538
13.10	Procedimento especial dos crimes falimentares (Lei nº 11.101/2005 – arts. 183 a 188).....	540
13.11	Procedimento dos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/2006)	541
13.12	Procedimento especial da ação penal originária dos Tribunais (Lei nº 8.038/1990)	543
13.13	Procedimento especial dos crimes da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006)	546

14	Nulidades (atos nulos, inexistentes e irregulares)	551
14.1	Espécies de nulidades.....	552
14.2	Princípios regentes das nulidades.....	554
14.2.1	<i>Pas de nullité sans grief</i>	554
14.2.2	Não há nulidade provocada pela parte.....	554
14.2.3	Não há nulidade por omissão de formalidade que só interessa à parte contrária.....	555
14.2.4	Não há nulidade de ato irrelevante para o deslinde da causa.....	555
14.2.5	Princípio da causalidade.....	555
14.3	Momento de arguição das nulidades.....	556
14.4	Convalidação das nulidades.....	558
14.5	Hipóteses de nulidade absoluta.....	558
14.6	Hipóteses de nulidade relativa.....	559
14.6.1	Nulidades na fase de instrução processual.....	560
14.6.2	Nulidades no procedimento de aplicação de medida de segurança por fato não criminoso.....	561
14.6.3	Nulidades posteriores à pronúncia.....	561
14.6.4	Nulidades nos processos de competência dos tribunais.....	561
14.6.5	Nulidades após decisão de primeira instância.....	562
14.6.6	Nulidades na sessão de julgamento.....	562
14.7	Nulidades em espécie.....	563
14.7.1	Incompetência, suspeição ou suborno do juiz.....	563
14.7.2	Incompetência.....	563
14.7.3	Suspeição.....	565
14.7.4	Suborno.....	566
14.7.5	Ilegitimidade da parte.....	566
14.7.6	Falta de denúncia, queixa ou representação.....	568
14.7.7	Falta de exame de corpo de delito.....	569
14.7.8	Falta de nomeação de defensor.....	571
14.7.9	Falta de intervenção do Ministério Público.....	572
14.7.9.1	Falta de intervenção do Ministério Público nas ações penais públicas.....	573
14.7.9.2	Falta de intervenção do Ministério Público nas ações penais privadas subsidiárias da pública.....	573
14.7.10	Falta de citação, interrogatório ou prazos.....	574
14.7.10.1	Falta de citação.....	574
14.7.10.2	Falta de interrogatório.....	575
14.7.10.3	Falta de prazo para as partes.....	576

14.7.11	Falta de decisão de pronúncia no procedimento afeto ao Tribunal do Júri.....	576
14.7.11.1	Ausência de decisão de pronúncia	577
14.7.11.2	Excesso de linguagem na decisão de pronúncia.....	577
14.7.11.3	Leitura da pronúncia em plenário	578
14.7.12	Falta de intimação do réu para a sessão de julgamento.....	578
14.7.13	Falta de intimação das testemunhas arroladas	579
14.7.14	Falta do número mínimo de jurados	581
14.7.15	Falta de sorteio de jurados e de sua incomunicabilidade	581
14.7.16	Ausência ou vício na formulação de quesitos.....	583
14.7.17	Falta de acusação ou defesa na sessão de julgamento.....	584
14.7.18	Falta de sentença.....	584
14.7.19	Falta de recurso de ofício.....	585
14.7.20	Falta de intimação da sentença e de decisões recorríveis.....	586
14.7.21	Falta de quórum para julgamento em tribunais.....	587
14.7.22	Omissão de formalidade essencial	588
14.7.23	Carência de fundamentação	590
14.7.24	Nulidades no inquérito policial	591
15	Recursos.....	593
15.1	Teoria geral dos recursos	593
15.1.1	Conceito e características	593
15.1.2	Efeitos.....	600
15.1.3	Recurso de ofício	605
15.1.4	Desistência do recurso pelo Ministério Público e defesa.....	606
15.1.5	Desvio da Administração Pública no processamento do recurso....	607
15.1.6	Múltipla legitimidade recursal.....	608
15.1.7	Pressupostos de admissibilidade dos recursos.....	608
15.2	Dos recursos em espécie	612
15.2.1	Recurso em sentido estrito.....	612
15.2.1.1	Cabimento	613
15.2.1.2	Processamento	618
15.2.1.3	Efeitos.....	620
15.2.2	Apelação.....	621
15.2.2.1	Cabimento	622
15.2.2.2	Processamento	624
15.2.2.3	Efeitos.....	626

15.2.3	Protesto por novo júri.....	627
15.2.4	Embargos de declaração	628
15.2.4.1	Cabimento	628
15.2.4.2	Processamento	629
15.2.4.3	Efeitos.....	629
15.2.5	Embargos infringentes e de nulidade.....	630
15.2.5.1	Cabimento	630
15.2.5.2	Processamento	631
15.2.5.3	Efeitos.....	631
15.2.6	Agravo em execução	632
15.2.6.1	Conceito e cabimento.....	632
15.2.6.2	Processamento	633
15.2.6.3	Efeitos.....	633
15.2.7	Correição parcial	634
15.2.7.1	Cabimento	634
15.2.7.2	Processamento	635
15.2.8	Carta testemunhável.....	635
15.2.8.1	Cabimento	636
15.2.8.2	Processamento	636
15.2.8.3	Efeitos.....	637
16	Ações autônomas de impugnação	641
16.1	Introdução	641
16.2	<i>Habeas corpus</i>	641
16.2.1	Natureza jurídica	642
16.2.2	Espécies de <i>habeas corpus</i>	643
16.2.3	Cabimento	644
16.2.4	Processamento	646
16.3	Revisão criminal	648
16.3.1	Natureza jurídica	648
16.3.2	Condições da ação.....	649
16.3.3	Cabimento	651
16.3.4	Processamento	654
16.3.5	Efeitos.....	655
16.4	Mandado de segurança	656
16.4.1	Cabimento	658
16.4.2	Processamento	659
	Referências.....	663